

TEXTOS NORTEADORES DOS GRUPOS DE DISCUSSÃO (GDs)

Os Grupos de Discussão ocorrerão em dois dias – dias 19 e 20 de abril - com duas horas de duração (10h30 às 12h30). Além da leitura, análise e aceite dos trabalhos inscritos a coordenação do GD teve sob sua responsabilidade a elaboração de um texto delineando o perfil e problematizando as questões centrais dos trabalhos inscritos. Esse texto será o norteador das reflexões e discussões do GD, substituindo a mera apresentação individual dos trabalhos.

GD: História indígena no ensino regular

Local: Sala 3106 FaE / UFMG

Profª. Antonia Terra de Calazans Fernandes (FFLCH - USP)

Profª. Patrícia Cerqueira dos Santos (REE-SP; RME-SP)

Perfil e problematizações dos trabalhos a serem apresentados

A história recente do ensino de História passou a incorporar a obrigatoriedade do estudo do tema da história indígena brasileira entre os conteúdos escolares, por conta da Lei 11.645/08. A partir dessa realidade, pesquisadores de diferentes instituições irão apresentar seus trabalhos para debater no GD as diferentes problemáticas envolvidas no processo de implantação da lei.

Alguns trabalhos questionam e procuram responder como tem sido a introdução ou não das exigências da lei nos currículos formais dos estados, nos livros didáticos (antigos, atuais e voltados para a história local), no processo de formação de professores nas universidades e no desenvolvimento efetivo de atividades cotidianas de sala de aulas do ensino fundamental e médio. Outros pesquisadores apresentam relatos de experiências, já no processo de atendimento às premissas da legislação, envolvendo atividades interdisciplinares, oficinas oferecidas por licenciandos do PIBID, atuação de professores supervisores do PIBID diante da formação de futuros docentes, processos de formação de professores nas universidades nos programas de licenciatura e prática de ensino e, mais especificamente, a formação de professores indígenas para atuarem em escolas nas aldeias, incluindo produções de material didático. Há, ainda, trabalhos que debatem outros espaços educativos além da escola, mas com o mesmo compromisso, como o museu histórico e seus vínculos com a memória, o patrimônio e a formação de jovens em idade escolar.

A variedade de enfoques a serem apresentados, mesmo contemplando a mesma temática, expõe a complexidade da implantação de novos conteúdos no ensino de história e de novos compromissos da escola, da universidade e de outros espaços educativos diante das problemáticas intrínsecas à realidade nacional e das demandas sociais contemporâneas. Expõe também a diversidade de instituições, profissionais e agentes educativos envolvidos no processo de implantação dessa nova diretriz social, política e educativa.

Cabe um balanço, portanto, ao longo dos dois dias de debates, para construir um quadro de como os profissionais e as instituições de educação têm assumido essa demanda social, e a obrigatoriedade da lei: selecionando referências teóricas e históricas; optando por linhas de estudo e pesquisa; escolhendo conteúdo e suas abordagens; constituindo processos de consolidação da política; e disseminando compromissos e valores. Cabe questionar, também, a partir das experiências de diferentes pesquisadores e localidades, se é possível averiguar como a lei tem desencadeado, ou não, mudanças no paradigma eurocêntrico predominante na história ensinada no Brasil, no diálogo entre ensino e a revisão da historiografia voltada para a história indígena e nas escolhas dos sujeitos históricos, apresentados aos jovens de hoje, como sendo protagonistas ativos da história da sociedade a qual pertencem.

É na perspectiva de debates, diálogos e trocas de experiências que será possível conhecer melhor os caminhos trilhados para a implantação de estudos escolares que valorizem a história indígena no ensino de história das nossas escolas.